

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E REINserÇÃO SOCIAL DE
PESSOAS EM TRATAMENTO PARA DEPENDÊNCIA DE
SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS****PROFESSIONAL ORIENTATION AND THE SOCIAL REINsertION
OF PEOPLE IN TRATMENT FOR PSYCHOACTIVE SUBSTANCE
DEPENDENCE****ORIENTACIÓN PROFESIONAL Y REINserCIÓN SOCIAL DE
PERSONAS EN TRATAMIENTO POR DEPENDENCIA EN
SUSTANCIAS PSICOACTIVAS**

Laís Rodrigues Souza¹
Marianne Ramos Feijó²

RESUMO

A dependência química é questão de saúde pública e a manutenção ou retomada da autonomia é um desafio para a população que sofre com esta forma de adoecimento. A quantidade de pessoas que dependem de substâncias, os riscos e agravos à saúde decorrentes do uso de drogas lícitas e ilícitas no Brasil e no mundo, tornam indispensável a discussão sobre tratamentos direcionados à população em situação de dependência, e a investigação de procedimentos e atividades que possam contribuir para a ampliação de autonomia e reinserção daqueles que, por dependerem de substâncias, foram excluídas do convívio social e das atividades laborais. Neste artigo, pretende-se apresentar a Orientação Profissional como uma proposta de fortalecimento de relações e de escolhas, no processo de reinserção social de indivíduos, partindo da experiência de planejamento e realização de oficinas de orientação profissional vinculadas à extensão universitária, numa Comunidade Terapêutica no interior do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Orientação Profissional. Dependência Química. Comunidade Terapêutica. Reinserção Social.

ABSTRACT

The chemical dependency is an issue of public healthcare and the maintenance and extension of autonomy is a challenge for the population that suffers from this form of illness. The amount of people that depend on substances, the risks and injuries arising from legal and illegal drug use in Brazil and around the world make indispensable the discussion of treatments directed to the population in dependency situation, the investigation of procedures

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da UNESP-Bauru. E-mail: laisrodrigues.psicologia@gmail.com. CRP: 06/145325.

² Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP-Bauru. Professora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da UNESP-Bauru. E-mail: mariannefeijo@fc.unesp.br.

and activities that may contribute to the increase of autonomy and reinsertion of those who, for being drug dependent, were excluded from social life and labor activities. In this article, we pretend to show Professional Orientation as a proposal to strengthen relations and choices in the process of social reinsertion, starting from the experience of planning and making a Professional Orientation workshop linked to university extension, in a Therapeutic Community located at São Paulo state countryside.

Keywords: Professional Guidance. Chemical Dependency. Therapeutic Community. Social reinsertion.

RESUMEN

La adicción es una cuestión de salud pública y mantener o reanudar la autonomía es un desafío para la población que sufre esta forma de enfermedad. La cantidad de personas que dependen de sustancias, los riesgos para la salud y los peligros para la salud derivados del uso de drogas lícitas e ilícitas en Brasil y en todo el mundo, hacen que sea indispensable discutir los tratamientos dirigidos a la población dependiente e investigar procedimientos y actividades. eso puede contribuir a la expansión de la autonomía y la reintegración de aquellos que, debido a que dependen de sustancias, fueron excluidos de la vida social y las actividades laborales. Este artículo tiene como objetivo presentar la Orientación profesional como una propuesta para fortalecer las relaciones y las elecciones en el proceso de reintegración social de las personas, a partir de la experiencia de planificar y realizar talleres de orientación profesional vinculados a la extensión universitaria, en una comunidad terapéutica en Brasil. interior del estado de São Paulo.

Palabras clave: Orientación Profesional; Dependencia Química; Comunidad Terapéutica; Reinserción Social.

INTRODUÇÃO

O abuso e dependência de substâncias psicoativas é uma problemática em evidência no Brasil e no mundo, tratando-se de uma importante questão de saúde pública. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC – publicou no último Relatório Mundial sobre Drogas que cerca de 250 milhões de pessoas, ou 5% da população adulta global, usou drogas pelo menos uma vez em 2015. Segundo o documento, ainda mais preocupante é o fato de que aproximadamente 29,5 milhões destes usuários (0,6% da população adulta mundial) sofre com transtornos provenientes do uso de substâncias psicoativas, demandando, portanto, atenção na área da saúde (UNODC, 2017).

Esta realidade mundial nos alerta para a discussão dos tratamentos direcionados à população em situação de dependência e para a investigação de procedimentos e atividades que possam fazer parte destes tratamentos como instrumentos auxiliares na reinsertão deste

indivíduo no convívio social e nas atividades produtivas. No presente artigo, pretende-se elucidar possibilidades de atuação do psicólogo no processo de reinserção social de indivíduos a partir do relato de experiências de oficinas de orientação profissional (OP) vinculadas à extensão universitária.

O trabalho realizado consistiu na realização de duas oficinas de OP em uma Comunidade Terapêutica no interior do Estado de São Paulo. Procuramos, a partir deste relato, discutir as implicações de atividades relacionadas à orientação profissional no processo de reinserção social dos indivíduos participantes de oficinas sobre trabalho e qualidade de vida, bem como elucidar possibilidades de realização de processos de OP individual ou em grupos de pessoas em tratamento para a dependência de substâncias psicoativas.

As CT's existem há mais de 30 anos e passaram a ser reguladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – uma vez que pela Resolução nº101/2001 elas passaram a ser consideradas como espaços de tratamento dentro do campo da saúde (MELO; CORRADI-WEBSTER, 2016, p. 380). Deste modo, essas Comunidades fazem parte das políticas públicas de tratamento para sujeitos que sofrem as consequências da dependência química, tanto psiquicamente quanto fisicamente, e têm se mostrado como alternativas possíveis e necessárias em alguns casos.

As drogas são definidas no art.1º da Lei nº 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas – SISNAD – como “substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”. Já a OMS (1993) define droga como “toda substância natural ou sintética que introduzida no organismo vivo, pode modificar uma ou mais de suas funções”. Atualmente esta última definição é, segundo Lima (2013), a mais recorrente no meio científico, e coloca a questão sob um ponto de vista biológico, levando em conta não apenas aquelas substâncias que levam à dependência, mas qualquer uma que, em contato com o organismo, modifique uma de suas funções. O termo substâncias psicoativo, utilizado por autores como Galduróz, Noto e Locatelli (2017) é, para as autoras, o mais adequado para tratar da questão, já que carrega menos estereótipos e se refere a diversas substâncias que alteram o funcionamento do Sistema Nervoso Central.

Consideramos que cada indivíduo tem particularidades na sua relação com o consumo de drogas, bem como em relação ao tratamento ao qual se submete. Mesmo que haja alguns pontos comuns nos efeitos de cada substância no organismo dos sujeitos, estes efeitos “variam

de acordo com as características individuais, emocionais e físicas de quem as usa, da droga escolhida, da quantidade, frequência de uso e circunstâncias em que é consumida”. (CARLINI, 2010, p. 8). No que diz respeito às circunstâncias nas quais é utilizada a substância, vale ressaltar que a socialização do indivíduo e suas condições de vida, podem ampliar ou reduzir a vulnerabilidade à dependência e ao uso nocivo (GALDURÓZ *et al.*, 2017; SILVA; MOURA; ZUGMAN, 2015). A autonomia e a inserção social de forma mais equitativa, com acesso à renda e à qualidade de vida no trabalho são importantes à qualquer adulto (o que inclui pessoas em tratamento para dependência, desde que apresentem condições para tal), devem ser estimuladas ao desenvolvimento e à escolha de atividades que lhes tragam satisfação, possibilidades de integração social, aprendizado, renda e outras formas de acesso aos direitos.

Há situações extremas, em que as particularidades acima relacionadas – como o tipo de substâncias, as condições de vida, a gravidade da dependência e de outros agravos à saúde – levam os profissionais a indicar que os doentes recebam tratamento com internação, com rede de proteção mais efetiva, porém temporariamente restritiva, como são as internações em comunidades terapêuticas. Em alguns centros de tratamento, parte dos que ali se encontram podem realizar atividades laborais, o que por questões de estrutura e de investimento é geralmente feito sem muitas possibilidades de escolha e de acesso à renda e ao desenvolvimento contínuo. Defende-se que acesso a direitos, a escolhas, possibilidades de socialização e de desenvolvimento conforme os próprios interesses e necessidades são muito relevantes para a manutenção e para a recuperação da saúde, que envolve aspectos físicos, psíquicos e sociais (CARDOSO *et al.*, 2018), mas considera-se relevante o que publicou Lima (2013):

Ao longo dos anos de experiência clínica com sujeitos usuários de drogas tivemos a ocasião de observar que muitas pessoas são capazes de consumir drogas com moderação ou de forma ocasional, enquanto que outras são extremamente vulneráveis aos seus efeitos, convertendo-se em consumidores compulsivos e com enorme dificuldade para abandonar seu consumo. (LIMA, 2013, p. 27)

Compreendendo o sujeito a partir de uma perspectiva sócio-histórica, “como aquele que é ao mesmo tempo único e singular, mas também social e histórico, como aquele que transforma o social em psicológico” (AGUIAR, 2006 p. 12), entende-se que o psicólogo, ao realizar o processo de orientação profissional, deve considerar a dimensão social e histórica dos sujeitos e de suas escolhas, os significados sociais do trabalho, as condições objetivas de vida dos indivíduos, bem como o sentido particular que o trabalho possui de acordo com as

vivências de cada um. Em outras palavras, esse profissional deve estruturar seu trabalho levando em conta a relação dialética entre indivíduo e sociedade, e como o homem produz sua existência por meio de sua atividade vital e desenvolve a partir desta, a sua consciência:

No conjunto de relações sociais, mediadas pela linguagem, o indivíduo vai desenvolvendo sua consciência. Com o desenvolvimento da consciência, o homem sabe seu mundo, sabe-se no mundo (...) constrói e reproduz significados. Quando atua sobre o mundo, relacionando-se, (...) apropria-se dos significados e constrói um sentido pessoal para suas vivências. (BOCK, A. 1999a, p. 32 apud BOCK, 2006, p. 72)

A ideia principal que destacamos aqui é a de que o sujeito se constitui no bojo das relações sociais, na medida em que constrói o mundo à sua volta, criando a partir disso uma vivência particular. Ter um olhar cuidadoso para a cultura que cerca os sujeitos e as concepções sobre a dependência química que derivam da mesma, Alvarez, Gomes e Xavier (2014) ressaltam os estereótipos que por um longo período foram atribuídos aos usuários de drogas, e que ainda perduram na nossa sociedade:

Por muito tempo os usuários foram tratados como criminosos. Atualmente, o Ministério da Saúde brasileiro, ao estabelecer a política de Atenção Integral para Usuários de Álcool e outras Drogas como um investimento na atenção psicossocial e comunitária, vem procurando desvincular o usuário do traficante, buscando a descriminalização da dependência química. (ALVAREZ; GOMES; XAVIER, 2014, p. 643)

Estas concepções, muitas vezes baseadas em juízo de valor, acabam por contribuir para a segregação dos usuários e, principalmente, dos dependentes químicos, já que estes têm o abuso de substâncias evidenciado em suas vidas, pelas consequências visíveis da dependência. Segundo Melo e Corradi-Webster (2016), sentidos negativos sobre o uso de drogas (danoso, imoral, fraqueza) vêm fundamentando práticas combativas, aparadas pelos discursos moral, religioso e o psiquiátrico asilar. Isto culmina no isolamento desta população, e sua consequente exclusão das atividades cotidianas produtivas. Para as autoras, “a descrição dos usuários de drogas como antissociais, imorais e criminosos tem possibilitado o fortalecimento de estratégias de manejo que privilegiam a exclusão/separação do convívio social”. Nesse sentido, se preocupam com ações que contribuam para a reversão da restrição de liberdade, com fortalecimento de indivíduos e de relações, que por diversas questões, se tornaram vulneráveis. A inserção no mercado de trabalho com melhores perspectivas de satisfação e de integração, com condições que não coloquem em risco à saúde, pode contribuir para o processo de restabelecimento de quem depende de substâncias, cuja falta de autonomia é frequentemente observada.

A redução de danos, atual proposta de abordagem à questão do uso nocivo e da dependência, deve ser aplicada sempre que possível. O apoio e o fortalecimento das pessoas para escolha profissional e por desenvolvimento, com construção de projetos de vida coerentes com seus desejos, necessidades e valores, objetivos centrais da OP na atualidade (SOUSA *et al.*, 2014; LEHMAN; 2010) se alinham aos pressupostos da redução de danos e ao olhar sócio-histórico aplicado às questões de desigualdade e de exclusão.

O enfrentamento do estigma e a participação da transformação de ideologias que oprimem os dependentes e muitos outros grupos que tem sua vida e escolhas limitadas por relações de poder e narrativas que são postas a serviço de tais relações, são necessários à criação de melhores perspectivas de saúde e de autonomia dos chamados dependentes.

Nas contribuições dos estudos sócio-históricos à prática atual de Orientação Profissional se enfatiza a determinação social sobre a construção da individualidade, discutindo as possibilidades de ação das chamadas “classes subalternas” diante de uma realidade limitante em oportunidades e no quesito das condições objetivas de realização de seus objetivos pessoais e profissionais. Bock (2006) coloca que a despeito desta condição colocada pela realidade concreta, existem espaços de resistência:

Na perspectiva sócio-histórica não se reconhece como meramente ideológica a possibilidade de escolha das classes subalternas. Ao contrário, entende-se que nisso reside a possibilidade de mudança, de alteração histórica, ao reconhecer que os indivíduos podem, de certo modo, intervir sobre as condições sociais, por meio de ações pessoais e/ou coletivas. (BOCK, 2006, p. 69)

Para pensar no trabalho com esta população e nas possibilidades de ação que podemos construir com estes sujeitos, devemos olhar para sua situação social para a condição que os cerca: o fenômeno da dependência química e suas diversas nuances. No eixo de transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, a síndrome da dependência é caracterizada pela CID 10 (OMS, 1993) como:

“Um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo (frequentemente forte, algum às vezes irresistível) de consumir drogas psicoativas (as quais podem ou não terem sido medicamente prescritas), álcool ou tabaco.” (OMS, 1993, p. 74)

Destacamos, a partir do texto da OMS, que na situação de dependência química há uma sobreposição do comportamento de usar drogas sobre outros que antes tinham um valor maior, fazendo com que o indivíduo entre numa dinâmica na qual “as relações do indivíduo,

consgo próprio e com tudo e todos ao seu entorno, tornaram-se meramente instrumentais em relação aos ‘três momentos’ a que finalmente se resume o seu viver: refazer-se do último uso, planejar/garantir o próximo e usar” (GANEV; LIMA, 2011, p. 115). Considerando-se isso, a recuperação deste indivíduo também deve partir de uma reorganização de comportamentos, focando no desenvolvimento de condutas não relacionadas ao uso de substâncias e que sejam menos danosas ou promotoras da saúde física e mental do indivíduo. Assim, o profissional da psicologia que trabalha neste contexto deve não apenas focar na supressão do comportamento prejudicial, mas também na construção de novas perspectivas de vida e de possibilidades de atuação desta pessoa no mundo.

Nessa perspectiva, auxiliar o sujeito na busca por novos sentidos e perspectivas de ação é uma das tarefas dos profissionais que trabalham no processo de reinserção social, conceito definido por Duarte (2014) como uma reconstrução de perdas, cujo objetivo é a capacitação da pessoa para exercer em plenitude o seu direito à cidadania (DUARTE, 2014, p. 65). Para Ganev e Lima (2011):

(...) a reinserção social se coloca, já desde o contexto do tratamento, como possibilidade de aqueles deixarem de reproduzir práticas que os levaram a situações de autodestruição, alienação, isolamento e/ou exclusão social, em geral configuradas quase como um modo de vida no qual o consumo de substâncias psicoativas fundiu-se como finalidade e meio de vida; tornou-se o seu centro exclusivo de interesse, colocando em risco a mera sobrevivência pessoal, e pondo de lado qualquer perspectiva de desenvolvimento das suas potencialidades. (GANEV; LIMA, 2011, p. 114)

A reinserção social, portanto, se faz necessária pelos próprios efeitos que dependência de substâncias produz na vida do sujeito e em sua relação com a sociedade (GANEV; LIMA, 2011). Uma das premissas do trabalho de reinserção deve ser, portanto, efetivar intervenções que promovam outras relações do sujeito com a realidade, o que nos leva a entender que, idealmente, este deve ser um “processo contínuo e multifacetado de intervenções de apoio ao indivíduo dependente de drogas, no sentido da superação do modo de vida imposto pela dependência” (GANEV; LIMA, 2011, p. 116).

Acreditamos que o conhecimento produzido dentro dos muros Universidade deve dialogar com a realidade da comunidade que a cerca, contribuindo para o fortalecimento de projetos que visem à inclusão dos indivíduos que estão à margem, privados de muitos de seus direitos como cidadãos e trabalhadores. As Universidades devem estar atentas às necessidades das populações marginalizadas socialmente, pois “podem ser locais estratégicos para a inclusão das classes menos favorecidas, locais onde os estudantes que nela ingressam possam

conhecer e reconhecer trajetórias históricas” (MOURA, 2016, p. 92). Nesse sentido, a extensão universitária é o terreno propício para o desenvolvimento de ações que, teoricamente embasadas nos saberes desenvolvidos pelo ensino e pela pesquisa no âmbito acadêmico, contribuam para ações voltadas à mudança social. Como expõe Masso *et al.* (2012):

É na Extensão Universitária o local apropriado para discussão e criação de novas metodologias e tecnologias, com vistas à solução de situações que afligem a população, devendo articular o ensino e a pesquisa, intervindo na solução de situações-problema apresentadas por setores da sociedade. Neste contexto, a Universidade se assume como Instituição Social comprometida com todos e não exclusivamente com os setores dominantes da população, passando a ser co-participante no processo de transformação social em conjunto com o Estado. (MASSO *et al.*, 2012, p. 7)

Pensamos que a população-alvo de nossa intervenção possa usufruir desta construção do saber universitário atualizado no campo da OP, de forma a refletir sobre novas maneiras de interagir com sua própria história de vida e com as atividades produtivas nas quais se engaja e das quais pode tirar seu sustento e realização. Em consonância com o pensamento de Ganev e Lima (2011), acreditamos que essas pessoas “têm o inalienável direito de vislumbrar, a partir de outras perspectivas que não as da própria dependência, alternativas de fato emancipatórias” (GANEV; LIMA, 2011, p. 115).

A Orientação Profissional é um campo no qual podemos explorar diversas atividades e temáticas, desde que se conectem com a ampliação das possibilidades de escolha e de autonomia dos orientandos. Lehman (2010) pensa a OP no contexto atual como uma prática de que deve ser flexível e assimilar o caráter imprevisível do mundo do trabalho:

Novos paradigmas e novos contextos se impõem devido à nova realidade de contínua ruptura e imprevisibilidade. O campo da Orientação Profissional passa agora por um novo estágio: como a dinâmica do mundo do trabalho é cada vez menos previsível, estabelece-se um cenário de transição o qual exige das pessoas adaptabilidade e multifuncionalidade e coloca a realização do projeto profissional em um contexto complexo e mutante. (LEHMAN, 2010, p. 20)

Considerando esta realidade e o contexto da reinserção social de sujeitos em tratamento para dependência de substâncias psicoativas, o trabalho de OP com esta população deve ser flexível para trabalhar aspectos do trabalho e da subjetividade do trabalhador que possam ser efetivos no processo de construção de um projeto de vida que os emancipe. Diante dessa necessidade, no trabalho que reportaremos foram considerados três eixos principais de trabalho e reflexão: autoconhecimento (habilidades, gostos pessoais, valores e prioridades), escolhas (possibilidade de escolha, o que limita as escolhas e o que amplia as possibilidades de escolha) e informações (meios de desenvolvimento, de formação e de atuação profissional).

O trabalho consistiu na realização de Oficinas de OP em uma Comunidade Terapêutica Masculina de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que teve os seguintes objetivos: discutir a relação entre qualidade de vida e trabalho; refletir sobre as condições de trabalho a que nos sujeitamos e como nos fortalecer para mudá-las/enfrentá-las; evidenciar como a reflexão sobre escolhas pessoais e profissionais pode ajudar na qualidade de vida do trabalhador.

BREVE HISTÓRICO DO TRABALHO DESENVOLVIDO NA CT

As oficinas com o tema “trabalho e qualidade de vida” foram realizadas com um grupo de homens em tratamento para dependência de substâncias psicoativas e são parte de um conjunto de ações previstas em um projeto de extensão multidisciplinar, voltado ao fomento do empreendedorismo social e da responsabilidade ambiental, junto às populações que vivem em condições de elevada vulnerabilidade, na cidade em que se encontra a universidade pública, na qual estudam os extensionistas e trabalha o seu coordenador.

O chamado empreendedor social “possui o objetivo de desenvolver a sociedade, criar coletividades e implementar ações que garantam o autossustento e a melhoria contínua do bem-estar da comunidade” (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 298). O mesmo reconhece problemas sociais e tenta utilizar ferramentas empreendedoras para resolvê-los (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 301), o que vem ao encontro do objetivo emancipatório das comunidades do entorno da Universidade, conforme (MASSO *et al.*, 2012). O projeto foi iniciado em 2013 e em 2016 e 2017 foram realizadas oficinas de marcenaria, de empreendedorismo social, de economia solidária e orientação profissional, para fomento à transformação de resíduos como meio de trabalho, de desenvolvimento e de acesso à renda.

Na Comunidade em questão, o grupo de extensionistas desenvolve ações cujo foco é a reutilização de *pallets* de madeira, com os quais estão sendo confeccionadas adegas modulares pelos integrantes da Comunidade. O projeto objetiva conectar necessidades de reciclagem e de preservação do meio ambiente às necessidades de fortalecimento econômico e social de comunidade com baixo índice de IDH, paralelamente ao fomento às discussões sobre meios de melhoria na qualidade de vida. Além de visar à adequação de descarte da madeira, o projeto objetiva o fortalecimento de pessoas e grupos, inicialmente por meio de ação conjunta para reciclagem e geração de renda, o que entendemos ser uma oportunidade de

início do processo de reinserção no trabalho. As oficinas sobre trabalho e qualidade de vida objetivam a reflexão do processo de trabalho como algo que constitui suas vidas e pode ser promotor de saúde, bem-estar e desenvolvimento pessoal.

MÉTODO

Foram realizadas oficinas com o tema “trabalho e qualidade de vida”, em dois dias, com duração de 1h30 cada. Participaram das oficinas cerca de 25 homens, com idades entre 20 e 40 anos. Também esteve presente um monitor, responsável por acompanhar os acolhidos durante a atividade. As oficinas consistiram na exposição dialogada de conteúdos sobre trabalho e qualidade de vida, bem como na realização de atividades grupais com o objetivo de interação entre os participantes. As ações realizadas são parte de projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências, da UNESP de Bauru (CAAE: 97138718.8.0000.5398).

PROCEDIMENTOS

As atividades planejadas foram adaptadas ao contexto e às demandas dos participantes, pautadas prioritariamente nas seguintes diretrizes:

Primeiro dia: 1) Roda de apresentações / 2) Discussão sobre concepções prévias dos participantes sobre Orientação Profissional, Trabalho e Qualidade de Vida / 3) Produção de gráficos de setores com principais elementos para a vida e o trabalho ideais / 4) Socialização e discussão dos gráficos / 5) Vídeo sobre sonhos.

Segundo dia: 1) Retomada do encontro anterior / 2) Dinâmica sobre escolhas – adaptação do “procedimento do sorvete” de Bock (2006) / 3) Discussão sobre fatores que limitam e ampliam possibilidades de escolhas / 4) Avaliação do encontro e recolhimento de demandas para possíveis ações futuras na Comunidade/ 5) Informações sobre OP gratuita e encerramento da oficina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se aqui os resultados obtidos no trabalho realizado nessa CT, as

implicações teórico-práticas do trabalho com os acolhidos, bem como as perspectivas de ação e pesquisa em relação à problemática da reinserção social destes sujeitos. Os resultados serão descritos a cada dia da oficina, pontuando momentos mais relevantes das atividades realizadas. Pontua-se aqui que, durante as atividades das oficinas, ocupamos um salão onde os acolhidos produziam os *pallets*, e organizamos as cadeiras em círculo. Essa disposição das cadeiras foi crucial para uma melhor comunicação entre a orientadora profissional e os participantes. Houve uma breve exposição sobre o que é o processo de orientação profissional, e foi pedido para que eles colocassem ideias que tinham sobre este processo, para ampliação de informação e desconstrução de estereótipos relacionados à OP. Conversamos sobre ideias comuns sobre a OP, das quais se destaca a de que este é um processo decisivo, como se fosse possível extrair do mesmo uma resposta sobre a profissão mais adequada, que devesse ser seguida pelos participantes.

Suas respostas foram validadas pela extensionista e orientadora profissional. Foi ressaltado, porém, que orientadores profissionais não devem oferecer respostas decisivas, mas conduzir um processo reflexivo, que auxilia o sujeito na construção de um projeto de vida, gerando reflexões sobre a história de vida das pessoas, suas escolhas de vida e profissionais, bem como informações mais objetivas que as ajudem a buscar seu lugar no mercado de trabalho. Além disso, a questão da “profissão mais adequada” remete à concepção de que existe uma atividade mais apropriada para cada pessoa, à noção de vocação, muito presente no senso comum, e geralmente relacionada às práticas de Orientação Profissional. No entanto, acreditamos que, como coloca Bock (2016) “a vocação do ser humano é exatamente não ter vocações. Isto é, ele nasce determinado biologicamente **para nenhuma atividade específica**” (BOCK, 2016, p. 73, grifo nosso).

Foi solicitado que falassem sobre suas ideias acerca do que é trabalho. Além disso, foi discutido o conceito a partir das definições que foram dadas, houve reflexão sobre os diversos tipos de trabalho, a desvalorização que se tem para o trabalho doméstico, e os benefícios que o trabalho pode trazer para a vida das pessoas. A partir dessa conversa sobre como o trabalho beneficia ao outro e a nós mesmos, foi discutida a qualidade de vida. Foi pedido a eles que também tentassem definir este conceito, e algumas definições foram: qualidade de vida é ter condições boas de vida, saúde, um bom trabalho, poder passar tempo com a família, estar sóbrio.

Depois disso, foi retomada a definição de trabalho citada e foi solicitado que eles

falassem sobre possíveis conexões entre os dois temas da oficina. Partindo das falas que apareceram, foi feita uma reflexão sobre a importância do trabalho em nossas vidas e a necessidade de se encontrar bons ambientes de trabalho, boas condições de segurança e, principalmente, um trabalho do qual se gosta para que haja qualidade de vida. Também foi discutida com os participantes a existência de particularidades nos gostos, valores e prioridades das pessoas, que indicarão preferências por trabalhos diferentes.

Foi feita uma breve discussão sobre segurança no trabalho a partir das manifestações e relatos dos participantes acerca do assunto. A orientadora enfatizou que todos devem observar as políticas de segurança dos locais onde trabalham e que devem ser asseguradas a todos boas condições de segurança no trabalho, mesmo que este envolva maior ou menor risco (por exemplo, no caso de trabalho com estruturas elétricas de alta tensão, no trabalho com uso de explosivos, entre outros), pois a vida do trabalhador deve ser preservada, bem como sua saúde.

Após essa conversa sobre o tema da oficina e as definições que encontram para cada parte deste, foi proposta a atividade da “pizza da qualidade de vida” e, em seguida, a “pizza do bom trabalho”. Pediu-se para que cada participante criasse um gráfico de setores com os itens que considerava indispensáveis para uma vida ideal, ou uma vida de qualidade e, terminada essa atividade, foi pedido para que elencassem o que seria necessário para o trabalho ideal, ou bom trabalho, em sua opinião. Indicou-se como deveriam ser representados os itens (em forma de gráfico de setores) e dei um exemplo nos slides projetados. No total, tivemos 26 gráficos produzidos.

Foi destacado, junto aos participantes, qual foi a distribuição escolhida por eles para os setores dos gráficos e as razões para que os aspectos de seus trabalhos e vidas e ideais tivessem sido postos daquela maneira. A partir dessa atividade, pediu-se que tentassem descrever quais eram suas maiores prioridades, destacando que ali naqueles setores do gráfico, estavam representados alguns de seus valores (família, religião, recuperação, trabalho, saúde, etc.), e que estes poderiam ajudar a nortear suas escolhas, tanto pessoais quanto profissionais. Foi evidenciada a importância do autoconhecimento como ferramenta para compreender melhor as escolhas que fazemos, bem como delinear melhor futuras escolhas.

Houve então a exibição de um vídeo que tratava da importância de sonhar, colocando os sonhos como uma forma de projetar o próprio futuro, imaginando possibilidades. Um dos pontos destacados foi a condição em que se encontravam naquele momento, na qual muitas vezes eles têm dificuldades em exigir muitas coisas no trabalho (por exemplo na busca do

trabalho ideal que conversamos a partir do gráfico), até porque uma postura rígida em relação ao empregador pode trazer consequências negativas, e que muitas vezes seus sonhos têm de ser mais “realistas”. A busca por desenvolvimento e possibilidade de escolhas no trabalho foi estimulada.

Foi destacado pela orientadora que a realidade impõe muitas vezes obstáculos para a realização de sonhos, ou para buscar aquilo que nos é ideal, mas que os sonhos podem ser aquilo que é possível na nossa realidade, diante de nossas condições concretas de vida. Foi falado que o sonho não precisa ser algo irreal, ou muito distante, mas que pode ser algo que nos mantenha buscando melhores condições de vida, ou um trabalho que nos satisfaça, mesmo que sejam muito diferentes dos sonhos de criança.

No segundo dia, a primeira atividade foi sobre escolhas. O “procedimento do sorvete” (BOCK, 2006, p. 86) originalmente apresentado com o argumento da escolha entre dois sorvetes, foi adaptado pela orientadora, e foram criados então, no lugar dos sorvetes, dois empregos imaginários, o X e o Y. Foram elaborados diferenciais para cada um (carga horária, salário, benefícios, períodos de trabalho, habilidades necessárias, popularidade do emprego, estatísticas de gênero dominante na profissão, local de trabalho), que foram apresentados aos poucos e os participantes deveriam escolher por um dos dois a cada nova informação. Começou-se com informações mais gerais, que forma depois se tornando mais específicas.

Os participantes foram informados de que poderiam mudar a escolha sempre que quisessem. A sala foi dividida ao meio, para que cada lado representasse um dos empregos, e eles foram informados de que deveriam ficar de pé e se movimentar pela sala de acordo com suas escolhas. Durante a atividade houve poucas mudanças de escolha. O fato de ser um trabalho diurno ou noturno foi uma das primeiras informações dadas, e que manteve muitos na mesma escolha durante a dinâmica. A preferência pelo horário veio das experiências de trabalho prévias de cada um, e os dois lados ficaram bem equilibrados em quantidade de pessoas.

Foi comentado que muitas vezes o trabalho noturno não é indicado para pessoas com dependência química pelo contato com a vida noturna e conseqüentemente com a atividade de bares que comercializam bebidas alcoólicas. No entanto, o emprego noturno tinha uma carga horária menor e remuneração maior, o que foi decisivo para que muitos nele permanecessem. O emprego diurno era mais flexível em questão de horários, ganhava-se por produção e era um trabalho autônomo, o que chamou a atenção de muitos também. Ao final, o grupo ficou

bem dividido entre as opções, e para cada emprego houve um número similar de participantes.

Para sintetizar a atividade, houve uma conversa sobre as informações que mais pesaram para cara um, e uma discussão de quais fatores poderiam ser negativos para se fazer uma escolha. Essa atividade foi realizada no intuito de ajudá-los a tomar consciência de suas prioridades, valores e preferências ao fazer uma escolha. Em alinhamento com o pensamento de Bock (2006), pensamos que “a melhor escolha profissional é aquela que consegue dar conta (reflexão) do maior número de determinações para, a partir delas, construir esboços de projetos de vida profissional e pessoal” (BOCK, 2006, p. 181). Dessa forma, objetivou-se buscar nas preferências reveladas pelos participantes algumas determinações que fazem parte de suas escolhas e promover uma reflexão sobre a importância de se considerar estes aspectos na hora de pensarem em seus projetos de vida e de trabalho.

Foi ressaltado pela orientadora que muitas vezes as pessoas nos dizem que não podemos conseguir algo, e isso nos trava, nos limita, e muitos concordaram. Houve uma conversa com os participantes sobre o que limita e o que amplia nossas escolhas, e fomos elencando tudo que poderia ajudá-los depois que saíssem da CT. O projeto de empreendedorismo social foi elencado como algo que os ajuda a aprender novas habilidades e que pode ser útil no mercado de trabalho. Foi destacada, como fator que amplia as possibilidades de escolha, a ajuda de familiares, dos amigos e do grupo de convivência na Comunidade como uma rede de apoio. Ao final, foi divulgada a orientação profissional gratuita em uma universidade pública na cidade como uma possibilidade para os participantes terem acesso a esse serviço.

Os dois dias de oficina conduzem a algumas considerações importantes. A primeira delas é a de que há uma carência de ações no sentido da reinserção social na CT em questão. Embora houvesse a parceria com o projeto de reutilização de *pallets*, o que é um passo na direção do oferecimento de outras oportunidades e perspectivas de vida para estas pessoas, um dos pontos principais que se destaca neste trabalho como parte da reinserção social (a reflexão sobre o trabalho) não estava presente nas atividades dos acolhidos. Havia, portanto, uma relação superficial com o trabalho, ainda muito mecânica e pouco pensada. As implicações da falta de reflexão sobre a atividade que realizam, sobre as limitações que eles encontrarão no mercado e as possibilidades de resistência e ação, são relacionadas a um processo de alienação dos acolhidos na CT em relação ao que produzem e ao processo de produção em que se inserem.

A segunda consideração que se faz necessário pontuar é a de que existe na maioria dos acolhidos a perspectiva de mudança de vida. Esse desejo pode ser elemento fundamental para que eles atribuam sentido às atividades que realizam, o que poderia ser direcionado para atividades que trouxessem a eles benefícios pós-internação. Falar com os acolhidos sobre a necessidade de estar sóbrio e lutar contra a vontade de consumir drogas pode se somar a atividades que tragam novos sentidos e possibilidades para suas vidas, e que tirem o foco de atenção do problema da dependência.

Um terceiro ponto que pode ser colocado é de o acompanhamento dos acolhidos após a saída da instituição se torna fundamental, para que não retornem ao convívio externo à instituição sem apoio e sem melhores condições do que as que se encontrava quando foi internado, já que este contato com a realidade em que ele vivia anteriormente pode ser um fator de risco para a recaída. Devem ser sempre vislumbradas possibilidades de trabalho e de desenvolvimento que atenuem as condições de vulnerabilidades e que fortaleçam identidades estas pessoas e suas relações significativas.

Como destaca Ciampa (1987, p. 131) “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. (...) Até certa fase esta relação é transparente e muito efetiva; depois de algum tempo, torna-se mais seletiva, mais velada (e mais complicada)”. Assim, os estereótipos colocados sobre estes sujeitos em situação de dependência química, anteriormente citados neste artigo, podem atuar de forma negativa na construção de suas identidades e na percepção de suas capacidades. Cabe aos profissionais da psicologia atentar-se a estes significados atribuídos anteriormente a estas pessoas e buscar construir com eles outras concepções sobre si que se sobreponham àquilo que os limita e afasta da busca por seus ideais e sonhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas consistiram em ações pontuais, que visavam, inclusive, à avaliação de outras possíveis demandas e ações que pudessem ser priorizadas no tratamento da dependência de substâncias. Após a realização das oficinas, constatou-se que processos de OP completos, com duração de aproximadamente 10 encontros, poderiam beneficiar sobremaneira grupos em tratamento para dependência de substâncias psicoativas.

O trabalho ocupa uma dimensão significativa na construção da identidade humana e

figura como um dos mais importantes meios de inserção social na vida adulta. Maior reconhecimento é atribuído àqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, em que podem, além de gerar renda, se ocupar, se desenvolver, aprender e reconhecer habilidades e competências. É idealmente no trabalho (entendido aqui como atividade vital humana, e não como emprego) que o sujeito encontra as condições objetivas para desenvolver-se na vida adulta, complexificando suas capacidades intelectuais e contribuindo para o crescimento da sociedade.

Dessa forma, para reintegrar os sujeitos em situação de dependência química à vida produtiva, é necessário para que eles possam materializar suas competências e desenvolver novas habilidades, garantindo o próprio sustento. As ações de reinserção (o que inclui a orientação profissional) devem buscar fortalecer as identidades desses sujeitos e desenvolver, junto aos profissionais que o acompanham, atividades que contribuam para que estas pessoas adquiram novas perspectivas de futuro e aumentem as chances de participação no mundo do trabalho e nas relações sociais restauradas. Quando conectadas com atividades e campos de interesse e com a perspectiva de concretização de sonhos, as pessoas poderão desenvolver comportamentos mais cuidadosos em relação à própria saúde, além de melhores relações sociais.

A manutenção do convívio e em alguns casos a reinserção em grupos sociais é importante desde o início do acompanhamento da pessoa com dependência. Para as que adoecem gravemente e chegam à internação, atividades de OP como as oficinas e preferencialmente o processo de OP, com encontros periódicos e em sequência são importantes. O acompanhamento e, se possível, a continuidade da OP após a saída da instituição também se traduz como um apoio relevante para um recomeço no desenvolvimento (estudos e formação) ou no trabalho (retomada ou recolocação profissional).

Os vínculos estabelecidos dentro da CT geralmente são importantes e devem ser mantidos para que haja a formação de uma rede protetiva que vá além dos muros da Comunidade. Mantendo-se esses vínculos entre acolhidos, as pessoas em recuperação podem estabelecer em suas vidas relações que os protejam da necessidade de voltar ao uso de substâncias psicoativas. A internação na CT as colocam, porém, em contato direto com as consequências negativas de suas escolhas pessoais, já que muito frequentemente o foco de trabalho na Comunidade é o de retirá-los da dependência das substâncias psicoativas, com reflexão sobre escolhas equivocadas e a partir de um tratamento que os mantenha firmes na

abstinência. Na opinião das autoras, este trabalho é necessário, mas limita o escopo de ação dos funcionários que trabalham com os acolhidos, quando num projeto de reinserção social desses sujeitos deveria ser abordado, além destes, outros aspectos da vida, que elucidem possibilidades futuras que os motivem na busca de sua emancipação para além da abstinência. Conhecimentos, habilidades, competências, interesses, dentre outros aspectos positivos, poderão servir como meio de fortalecimento individual e social daqueles que estão em tratamento se explorados ao longo do tratamento e compartilhados na CT.

A OP entra como parte do complexo processo de reinserção social que, quando realizado de forma transdisciplinar, apresenta maior potencial de efetividade. Isso significa, que ações multidisciplinares conjuntas, voltadas à ampliação de autonomia de quem está em tratamento, são indicadas. O Profissional de OP se encarrega do processo reflexivo no qual se levantam e compreendem junto ao orientando aspectos relevantes de sua história de vida, habilidades desenvolvidas e escolhas realizadas, por meio do qual é possível auxiliar os sujeitos no processo de manutenção e retomada de sua autonomia, colocando-os como protagonistas em suas histórias de vida.

As oficinas realizadas podem ser consideradas como ações iniciais em tal campo, por meio das quais foram elucidados determinantes das escolhas dos participantes, com auxílio de atividades como a da escolha entre o emprego X e Y, e por meio de perguntas abertas reflexivas sobre diferentes formas de escolher (planejadas, improvisadas, pautadas em critérios). Assim, buscou-se tornar mais evidente aos participantes que é possível ter um projeto de vida com objetivos e curto, médio e longo prazo, adaptando seus sonhos e desejos à realidade após internação na CT. Procurou-se, por meio das oficinas de OP, discutir com os participantes sobre novas perspectivas de vida, após período marcado condições e escolhas que os levaram a perder sua autonomia e a estarem em situação de internação.

O processo de OP já mencionado pode proporcionar o aprofundamento de temas pertinentes aos eixos de autoconhecimento, escolhas e informações. Nesse processo, seriam resgatadas as histórias de vida dos orientandos por meio de atividades formais e lúdicas, buscando em suas vidas momentos marcantes, pessoas importantes, escolhas realizadas, renúncias a coisas que desejavam, entre outras coisas. Além disso, seria possível trabalhar aspectos de sua identidade com reflexões e atividades que despertassem relatos pessoais o que, em conjunto com as atividades sobre suas experiências vividas, seria um importante momento para fortalecimento individual, para validação de suas trajetórias e para resgate de memórias

afetivas e de relações que lhes fortaleçam diante do desafio de retomar planos de vida ou de construir novas escolhas pessoais e profissionais.

O eixo de escolhas abordaria a questão do que limita e do que amplia suas possibilidades de escolher, a questão da determinação social em suas escolhas, as formas de fazer escolhas mais conscientes, e uma retomada do conteúdo de autoconhecimento, mostrando a importância de conhecer-se para decidir. Falar sobre escolhas elucidaria valores importantes para os orientandos, bem como seria o momento ideal para que fosse pensada e planejada a construção de um projeto de vida junto a eles. Como eixo final, as informações viriam para delinear de forma mais precisa as ideias dos orientandos em relação aos seus projetos de vida, conferindo a eles elementos concretos para que pudessem traçar com mais segurança os próximos passos de suas trajetórias (cursos, formações, profissões, meios de acesso e de permanência em organizações de ensino e de trabalho).

Outro aspecto importante que poderia ser incluído em um processo de OP seria a educação financeira, visando a discutir com os orientandos formas de organizar e gerenciar seus ganhos, o que poderia garantir maior estabilidade econômica na retomada de sua vida após a internação. As autoras compreendem que existem inúmeras possibilidades para a atuação da OP com esta população, e que aqui se elucidaram apenas algumas alternativas de se ampliar a experiência vivida com as oficinas. Entende-se que o presente artigo abre uma discussão que deve ser continuada e ampliada para novas propostas e espera-se que as ideias aqui compartilhadas possam contribuir para a construção de outras experiências que visem à criação de novos saberes favoráveis ao cuidado e fortalecimento das pessoas em tratamento para dependência de substâncias psicoativas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. **A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica.** Psicologia da Educação, São Paulo, n. 23, p. 11-25, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 mai. 2019.

ALVAREZ, S. Q.; GOMES, G. C.; XAVIER, D. M. **Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família.** Revista enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 8, n.3, p. 641-648, mar., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/issue/view/1238>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BOCK, A. M. B. **Aventura do Barão de Münchhausen na psicologia.** São Paulo: Educ/Cortez, 1999.

BOCK, S. D. **Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, H. F.; FEIJÓ, M. R.; CAMARGO, M. L. **O Papel do psicólogo Organizacional e do Trabalho (POT) na Prevenção dos Fatores Psicossociais de Risco.** In: SCHMIDT, M. L.; CASTRO, M. F.; CASADORE, M. (Orgs.). Fatores Psicossociais e o Processo de Saúde/Doença no Trabalho: aspectos teóricos, metodológicos e preventivos. São Paulo: Filo, 2018.

CARLINI, B. H. **Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/cartilhasobremaconhacocainainalantes.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DUARTE, P. C. A. V. **Recursos da comunidade para lidar com o uso abusivo e a dependência de álcool e outras drogas: alternativas e reinserção social.** In: BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. O Sistema Único de Assistência Social e as Redes Comunitárias: módulo 7. 7. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. Disponível em <https://www.supera.senad.gov.br/@/material/mtd/pdf/SUP/SUP_Mod7.pdf>. Acesso em 01 jul. 2018.

GALDURÓZ, J. C.; NOTO, A. R.; LOCATELLI, D. P. **Epidemiologia do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas.** In: BRASIL. Ministério da Justiça e da Cidadania. O uso de substâncias psicoativas no Brasil. 11. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. Disponível em: <https://www.supera.senad.gov.br/@/material/mtd/pdf/SUP/SUP_Mod1.pdf p.93-144>. Acesso em: 03 jul. 2018.

GANEV, E.; LIMA, W. L. **Reinserção Social:** processo que implica continuidade e cooperação. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 10, n. 11, p. 113-129, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=49404>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

LIMA, E. H. **Educação em Saúde e Uso de Drogas:** um estudo acerca da representação da droga para jovens em cumprimento de medidas educativas. 2013. 229 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2013.

MASSO, M. C. *et al.* (Orgs.). **Guia da Extensão Universitária da UNESP 2012.** 3. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica/Proex-Unesp, 2012.

MELO, M. C.; CORRADI-WEBSTER, C. M. **Análise do funcionamento de comunidade terapêutica para usuários de drogas.** *Athenea Digital*, v. 16, n. 3, p. 379-399, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2012>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MOURA, D. M. A. **Extensão:** possibilidades e desafios – uma análise a partir do programa de extensão “Cursinho Ingressa: Educação e Integração”, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. *Extramuros*, Petrolina, v. 4, n. 2, p. 86-94, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/issue/view/27>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

OLIVEIRA, I. R. *et al.* **Empreendedorismo social, pós-modernidade e psicologia:** compreendendo conceitos, atuações e contextos. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 9, p. 290-311, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v9n2/v9n2a10.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10:** Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Trad. Dorgival Caetano, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 69-82.

SILVA, E.; MOURA, Y.; ZUGMAN, D. (Orgs.). **Vulnerabilidades, resiliência e redes sociais:** uso, abuso e dependência de drogas. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2015.

SOUSA, R. J. G. *et al.* **Projeto de Extensão Universitária em Orientação Profissional (OP) para jovens:** uma parceria entre universidade e instituição formadora de aprendizes. *Revista Raízes e Rumos*, v. 2, p. 1-11, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/135461>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2017** – Booklet 1. Vienna: UNODC, 2017. Disponível em: <http://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_1_EXSUM.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.